

ELOS ENTRE SABERES LOCAIS E PRÁTICAS ESCOLARES: EDUCAR PARA CONSERVAR

Maria das Graças da Silva *

Resumo: Analisa-se práticas socioculturais que informam o cotidiano de uma territorialidade ancestral insular e suas perspectivas de diálogo com determinadas práticas pedagógicas da escola local. Visa mapear saberes que são construídos e/ou vivenciados por homens e mulheres na sua relação com a biodiversidade e examinar a inserção ou não desses saberes nas práticas pedagógicas da escola local. Foca-se a Comunidade de Igarapé Grande, na Ilha de João Pilatos, que integra a “região insular” do município de Ananindeua, Região Metropolitana de Belém, na Amazônia. Utilizou-se procedimentos da pesquisa etnográfica, como a observação participante, entrevista semi-estruturada e etnofotografia. Teoricamente subsidia-se, entre outros, nas reflexões que fundamentam as teorias educacionais desenvolvidas por Brandão (2002) e Freire (1993), nas quais a educação configura-se como apenas mais um elemento da cultura sendo que a mesma é capaz de transformar a realidade. Os resultados dão conta de que a escola local, além das práticas da educação formal, é um espaço de referência importante para a comunidade, e muitos dos saberes locais estão no seu interior de diversas formas.

Palavras-chave: Prática escolar. Saberes locais. Territorialidade ancestral. Biodiversidade.

Introdução

Trata o presente artigo de uma reflexão sobre práticas socioculturais inscritas numa territorialidade ancestral insular, que se configuram em “maneiras de fazer” cotidianas, segundo Certeau (2000, p.37) e suas perspectivas de diálogo com determinadas práticas pedagógicas da escola local.

Orienta-se pelo mapeamento de saberes que são construídos e/ou vivenciados por homens e mulheres na sua relação com diferentes contextos da biodiversidade, e se na prática esses saberes estão presentes ou não no fazer pedagógico da escola local. Trata-se de “maneiras de fazer” que formatam uma diversidade de práticas culturais que a comunidade

* Socióloga, Doutora em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ/2002), professora do Centro de Ciências Sociais e Educação e do Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Educação da Universidade do Estado do Pará (UEPA), Líder do Grupo de pesquisa em Educação e Meio Ambiente – GRUPEMA (CNPq). Coordenadora do Projeto. Email: magrass@gmail.com

ribeirinha desenvolve nos seus processos de relações entre si e com a natureza, por meio de formas reverenciamento, apropriação, uso e/ou sua preservação.

Neste sentido, a região insular do município de Ananindeua se configura como uma diversidade socioespacial que organiza um conjunto de experiências diferenciadas de relações com a natureza, que estão associadas a conhecimentos, formas de percepção e uso de seus recursos. Como um espaço de práticas e de relações, nos seus ecossistemas circula e é apreendido um conjunto de saberes, diferente imaginário e discursividades, reflexo da diversidade cultural que marca o contexto da Amazônia brasileira.

A concepção de educação apresentada no trabalho fundamenta-se nas teorias educacionais desenvolvidas por Brandão (2002) e Freire (1993) onde a educação é apenas mais um elemento da cultura sendo que a mesma é capaz de transformar a realidade.

Parto do pressuposto, firmado a partir das narrativas dos moradores, de que as populações tradicionais amazônicas concebem a natureza como a extensão de suas vidas. As práticas culturais que desenvolvem são construídas pelas interações desenvolvidas com a natureza e é a partir das mesmas que são criados e recriados socializados uma série de saberes, que são socializados entre o ilhéus, numa espécie de pedagogia do ambiente ou pedagogia da educação socioambiental.

Utilizou-se procedimentos da pesquisa etnográfica, como a observação participante, entrevista semi-estruturada e etnofotografia. Definiu-se como objetivo mapear saberes que são construídos e/ou vivenciados por homens e mulheres na sua relação com a biodiversidade, examinando a inserção ou não desses saberes nas práticas pedagógicas da escola local e sua contribuição para a conservação dos ecossistemas locais.

Focando-se nas especificidades dos saberes socioambientais presente e/ou que se constituem no cotidiano, tomado como um espaço educativo não formal buscou-se dar maior visibilidade àquela Ilha, ainda em grande parte desconhecida não só pela comunidade acadêmica, com também pela população da grande RMB.

Conforme (SILVA, TAVARES, 2006), a compreensão das formas como esse tipo de comunidade estruturam suas práticas sociais, estabelecem relações com os recursos naturais e organizam-se socialmente, torna-se importante para uma aproximação dialógica entre saber constituído e saberes prático e identificar outras possibilidades de relação sociedade e natureza a partir da contextualização da cultura local, que perfaz o ambiente vivido por essas pessoas.

Contudo, antes de entrar na análise dos saberes apreendidos com as práticas socioculturais, esboçamos algumas notas sobre a comunidade, lócus do estudo.

1 Comunidade Ilha Grande: a organização do lugar

A comunidade de Igarapé Grande, lócus da realização da pesquisa, está situada na ilha de João Pilatos, que integra a região insular do município de Ananindeua região metropolitana de Belém, que associada com mais oito ilhas organizadas em comunidades formam esta região. As principais ilhas são: João Pilatos, Santa Rosa, Ilha de Sororoca, São Pedro. As comunidades mais importantes são: João Pilatos, Nova Esperança e Igarapé Grande. Essas três ilhas ganham destaque pelo números de moradores e tempo de ocupação.

Na comunidade residem cerca de 78 famílias ribeirinhas, que estão organizados numa Associação dos Moradores e Pequenos Produtores Rurais de João Pilatos (AMPPRJP), cujo presidente chama-se Lindomar de Souza e Souza. Na ilha inexistem serviços referentes a esgoto (a drenagem segue para os rios), coleta de lixo (os resíduos são queimados, enterrados ou depositados em área específica), assistência médica hospitalar (não possui infraestrutura para postos de saúde e farmácia, nem medicamentos em caso de emergência), água (o abastecimento da comunidade é feito por água pluvial, poços abertos e artesianos), segurança (não há postos de polícia nem bombeiros, há apenas o Serviço de Polícia Marítima do Estado, que age por meio de denúncias para a base da Polícia Fluvial) e comércio (os alimentos industrializados são comprados e transportados de barcos, da cidade para a Ilha).

Neste texto a ideia de lugar está associada tanto a sua dimensão físico-geográfica, como aos seus aspectos socioculturais. Dessa forma, considera-se a comunidade de Ilha Grande como “um lugar é organizado por uma série de procedimentos denominado de estratégias” (CERTEAU, 2000, p. 202). De acordo com Diniz (2012), o lugar é criado a partir de laços afetivos e amorosos com os espaços físicos, é ponto de construção de subjetividade. Portanto, o lugar decorre de relações sociais e sentimentais fundadas com os ambientes.

Qualquer lugar vivido e imaginado “possui um vasto manancial simbólico [...] com os seus espaços de culto, os seus altares e, inversamente, os seus interditos” (LOPES, 2011, p. 181). A percepção e uso local ou externo dos mananciais materiais e simbólicos e de seus potenciais socioculturais, ambientais, linguísticos, passam necessariamente por processos de identificação e visibilização de algumas das suas características e de esquecimento ou

desvalorização de outras. Processos que guardam relação com a história do lugar, embora nem sempre usadas para a construção mais ampla de um imaginário atrativo de pertencimento.

Do ponto de vista físico a comunidade de Ilha Grande, organizou-se a partir do campo de futebol, as casas foram construídas em sua volta. Trata-se de uma área que assume o significado de espaço de sociabilidade, porque além da prática do futebol, é nele que são realizadas as festas em homenagem aos santos padroeiros ou de sentido cívico. Neste espaço também funciona a única taberna que atende a comunidade local e visitantes da Ilha. Em geral, é nesta taberna que são contratadas as refeições para equipes de trabalho ou turistas.

Neste espaço além do campo de futebol também foi construída a Igreja e a Escola de Ensino Fundamental. Como espaço de sociabilidade são realizadas algumas festividades como o Carnaval, o Círio da Ilha que ocorre no mês de Dezembro, o Festival do Açaí, realizado no mês de novembro e do Camarão. A hospitalidade e a simplicidade de seus moradores são alguns atrativos e motivos que a ilha oferece.

As casas, em geral são de alvenaria, com número reduzido daquelas que são de madeira. Embora haja variações na arquitetura, o padrão aproxima-se das residências urbanas. Os cômodos são diferenciados, de acordo com a sua funcionalidade: sala, quarto, cozinha. O banheiro nem sempre é privativo. Em algumas casas foi possível observar que o trabalho praticado pela família é feito internamente, assim como a guarda de apetrechos de pesca e da prática da agricultura.

Portanto, seus modos de vida e formas de organização social dão conta de uma preocupação com biodiversidade e ecossistemas a que estão associados. Constatou-se que, como em toda a Amazônia brasileira, a comunidade participante deste estudo estabelece uma diversidade de formas de contato e relação com os recursos advindos do solo, dos rios e das matas. Contudo, há evidências de compreensão de que esses recursos tornam-se condições necessárias e indispensáveis à sua própria sobrevivência.

2 Saberes sobre a biodiversidade e uso de recursos

Situada na parte insular do município de Ananindeua, na área estuarina do rio Maguari, que organiza diferentes territórios ao longo de suas margens e se constitui como uma via importante para a circulação dos moradores ilhéus e/ou ribeirinhos, a ilha conta com uma variedade de recursos naturais.

Um ambiente rico em biodiversidade, com o qual os moradores da Ilha construíram uma singular identidade territorial através de relações com a floresta e com as águas, usufruindo historicamente de seus recursos, por meio dos quais tem construído diversos conhecimentos e saberes, dentre eles, àqueles relacionados aos seus ambientais, formas de usos dos recursos naturais.

Construídos no convívio do dia-a-dia, esses saberes configuram-se numa modalidade de educação para o ambiente, que sem livros, sem professores e distanciados dos conteúdos dos currículos institucionais, são experimentados cotidianamente por meio de práticas de aprendizagem e processos cognitivos, que contribuem para a compreensão do mundo dos seus sujeitos.

Os saberes informam que os recursos naturais provenientes dos rios e das matas constituem-se como fonte importante de alimentos, seja por meio da variedade de espécies de peixes (bacú, piracema, pescada, dentre outros), das frutas típicas (jaca, açaí, bacuri, cupuaçu, ingá); ou da “matéria prima” que é usada para a produção de artefatos ou produtos vegetais, como os cipós de guarachama, a samambaia e a argila que podem ser aproveitados para produzir artesanato.

Dessa forma, a terra, os rios, as matas são grandes fatores de ordem natural a partir dos quais se estruturam os diferentes territórios que conformam as espacialidades locais. Inteiramente associados à perspectiva de reprodução social da comunidade local, esses ecossistemas assumem um sentido de vida, cuja centralidade para a sobrevivência, implica na construção de uma consciência de cuidar e preservar.

Nesse contexto, os saberes inscritos nas práticas socioeducativas das unidades familiares pautadas quase sempre na relação com a natureza e seus recursos, tem garantido a reprodução social e cultural dos sistemas locais. A partir dos saberes e dos conhecimentos sobre os elementos espaciais como os encontrados no solo, no rio, nas matas, os moradores criam e recriam suas condições de existência e reprodução.

3 Saberes ambientais

Portadores de uma série de saberes ambientais que possibilitam o reconhecimento da dinâmica e/ou transformações da natureza, como os ciclos da lua, as épocas chuvosas, os espaços para o cultivo, as formas de acasalamento dos animais, a identificação das plantas por meio de práticas de observação, cheiro e/ou tato e de outros recursos que integram a

biodiversidade, os ribeirinhos tem na natureza um fundamento para a materialização de suas vidas, reprodução cultural e do sustento sustentável, cuja lógica diferencia dos modelos padronizados de desenvolvimentos oficiais.

Os saberes sobre os diferentes ambientes naturais são socializados ao longo das gerações. Os mais novos desde cedo aprendem com os mais velhos o cuidado com a natureza e a realização de meios para a produção de práticas de sustento local. A transmissão de saberes ocorre pela realização de práticas agrícolas, extrativismo animal e vegetal, formas de interação social e especialmente, por relatos orais feitos no interior das famílias e entre vizinhos.

Os princípios que informam os saberes e práticas educativas ribeirinhas amazônicas comungam com as matizes que sustentam o conceito de saber ambiental de Leff (2009). Este autor considera que o saber ambiental é originário da sociedade, que produz um saber complexo. Tal saber envolve academia, sociedade, populações tradicionais e, mais, ele resulta da integração das ciências, da valorização da ética, do saber prático, da construção de alternativas frente à incoerência e inconsistência do desenvolvimento do sistema capitalista dominante, na valorização do saber sociocultural e ambiental das populações tradicionais, então marginalizados pela racionalidade produtiva hegemônica, no repensar das práticas pedagógicas e promoção de formas inovadoras da gestão ambiental.

Valorizar saberes e processos educativos singulares de populações que se encontram distantes do centro urbano, que desenvolvem relações com a natureza baseadas na necessidade de usar e preservar os recursos naturais, que sofrem as pressões da mídia global que tenta impor a sociedade de consumo é ratificar a própria noção de sustento local ambiental ribeirinho que contraria os valores de consumo da sociedade hegemônica capitalista desenvolvimentista e não sustentável.

Durante as entrevistas, por exemplo, perguntamos para alguns moradores sobre qual era o significado da mata, do rio, sobre a importância dos saberes que eles têm sobre o uso dos seus recursos.

A importância pra mim é na realidade a coisa mais linda né, principalmente porque eu vim da cidade há dois anos atrás, o meu pai faleceu nessa área aqui, que pertencia ao meu pai e minha mãe eu moro bem aí, aí o meu pai liberou, me deu antes de falecer né, uma parte lá atrás aí veio o governo federal é assim nos deu uma parte, um título de posse na realidade a gente espera como posseiros ilegais né, agora todo mundo é legalizado né pelo, pelo... E pra mim, pela natureza pela área que estou hoje, do barulho né, na realidade pra mim é outra realidade.

Essa narrativa indica, que em geral eles reconheceram que esses legados da natureza fazem parte e revelam muito da história do lugar, e que tem uma papel solidificador de suas vidas.

O respeito pelos lugares é demonstrado pelo cuidado com a limpeza dos quintais e das trilhas da comunidade, não havendo acúmulo de lixo ou entulhos. A manutenção de árvores e plantas nativas e a retirada não predatória dos recursos naturais traduzem o respeito pela natureza que também é tida como fonte para fabricação dos mais variados remédios.

4 Saberes da diversidade produtiva

A comunidade Igarapé Grande configura-se como espaço socioeconômico, político, territorial, cultural, natural, no qual a pluriatividade estrutura a dinâmica produtiva local: o ilhéus pratica, quase sempre, a pesca, agricultura seja de terra firme ou de várzea e extrativismo. Além do artesanato, de pequenos comércios ou da produção de carvão. Ao tentar padronizar as atividades em agricultura e extrativismo, as políticas oficiais desconsideram os múltiplos saberes, fazeres e uso dos recursos naturais desses grupos sociais.

A diversidade de práticas produtivas em Igarapé Grande envolvem a mata, a terra e as águas. As unidades familiares usam a mata para a coleta de frutos para a conservação de polpas, especialmente do açaí e o cupuaçu, de sementes e raízes, extração de óleos (copaíba, andiroba etc...), usados como remédios caseiros e/ou alimentação em geral, e em alguns casos, para extração de madeiras.

Em relação a prática da pesca, informações local dão conta de que a sua prática tem enfrentado dificuldade em razão da diminuição do estoque pesqueiro, ou seja, devido a escassês de peixes. Questionado sobre essa dificuldade relatada pelos moradores, seu Osmarino, uma liderança local, identificou alguns fatores que estão, de acordo com a sua percepção, associado à racionalidade do processo de captura e uso dos rios:

Na realidade é o aumento da população. Eu penso assim né, e também do consumismo, muitas pessoas vem tirar de longe de seus barcos e rabetas. Também o barulho de motores que espanta os cardumes de peixe natural. São muitos barcos grande, aquelas iates que passam ali, que vem movimentando as aguas. Eu sei que isso é bom pra nós, o pessoal chega por aqui, mas isso espanta os peixes dos rios, principalmente aqui, entendeu?! O peixe não tá muito bom não (OSMARINO, entrevista, 2013).

Em face da natureza sazonal da maioria das atividades, há alternância entre os períodos da pesca, extração do açaí, produção do carvão e desenvolvimento da agricultura. Algumas atividades são praticadas de forma frequente no segundo semestre do ano devido à redução das chuvas. No primeiro semestre, vive-se o período do inverno regional, no qual ocorre uma queda acentuada na coleta do açaí, em face da entressafra e na produção do carvão em decorrência das constantes cheias dos mangues. O manejo agrícola é quase que suspenso. Vive-se a abundância das frutas regionais (cupuaçu, bacuri, taperebá...).

O inverno modifica tudo né! O açaí no verão? O que é que a gente tem? O açaí. Já vem outra marca do camarão. Já vem outra marca de peixe. E no inverno, quando chega o inverno já muda. Já o açaí não tem mais. Às vezes as frutas já acabaram. Já vêm outras safras de frutas. Só de setembro em diante que começa a safra do açaí. Aí o peixe já muda também. Tem o peixe do inverno e tem o peixe do verão. Ainda tem tudo isso (ADF- Igarapé Grande, Entrevista, 2012).

Com as chuvas, há o aumento das atividades de pesca artesanal feita com o uso de linhas e anzóis intitulados de “espinheis” e redes artesanais denominadas “malhadeiras”. O período chuvoso para D Maria Luíza representa a chegada da fartura, “a chuva traz camarão, peixe. Quando não chove tanto dá peixe, mas diminui mais. Aqui na terra a gente não precisa molhar nada, a chuva já se encarrega de molhar”.

As cheias do rio Maguari, principal rio que atravessa o município de Ananindeua, proporciona satisfação nos momentos de lazer, banho e uso das águas nos poços escavados nos quintais em decorrência da elevação do nível da água:

O rio é importante pra comunidade. Se nós quer conseguir alguma coisa nós pega o barco vai no Curuçambá. Vamos no rio e joga a malhadeira e pega o peixe, nós praticamente tira nosso sustento daqui, nós vamos lá pega o peixe, nosso camarão, é importante mesmo A gente quer tomar um banho no igarapé, só é correr daqui, muda o short e pêia no igarapé, é muito fácil pra nós. A gente quer jogar uma bola e depois toma no igarapé. É muito importante esse igarapé pra nós (RDF, Entrevista, 2012).

Sabedores da importância dos rios e igarapés no seu cotidiano, os nativos assumem determinadas práticas culturais como necessárias à sua preservação, como a queima em seus

quintais de resíduos que se depositados de forma incorreta nos terrenos terá como destino final, pela ação dos ventos e das chuvas, o depósito nos igarapés e córregos.

O cuidado com a conservação das águas ocorre dentro e fora do rio, conforme relato de D. Luíza que quando realiza seus deslocamentos por meio de canoas e rabetas costuma recolher lixo depositado no rio:

Quando eu posso e que eu desço por aí e vejo muito saco de lixo, quando eu posso eu coloco alguns pra dentro da canoa e quando eu desço do rio eu queimo. Sempre eu faço isso. E até Graças a Deus está diminuindo (MARIA LUÍZA, Entrevista em 2012).

Para os moradores, a mata é tida como o espaço dos mistérios e magias, das lendas. A mata é visualmente perceptível, mas ninguém desafia as suas incertezas. Segundo as crenças locais, a mata pune, enfeitiça, assombra. Ainda assim, dá prazer, acalenta, conforta e abriga.

A diversidade de práticas produtivas que requer apropriação e uso da natureza, segundo a lógica local, é marcada pelo desenvolvimento de um processo de aprendizagem continua ao longo das gerações. As práticas cotidianas de manuseio da terra, o plantio de sementes, a coleta de frutos, a escolha de vegetais, raízes e lascas de árvores representam um conjunto de procedimentos e saberes aprendidos e socializados inter-geracionalmente.

A apropriação e uso dos recursos da natureza para o desenvolvimento de práticas produtivas, quase sempre é para o sustento do grupo familiar, em alguns casos, com a comercialização do excedente.

O ilhéus não fala de racionalidade, nem de educação ambiental ou de escolas formais. Mas há um consenso entre eles de que a natureza pode ser usada, mas precisa ser protegida para a continuidade de suas vidas, suas histórias e culturas sejam asseguradas.

Para sobreviver nós usamos o açáí, a gente vai lá apanha, amassa pra tomar aquele açáí. O carvão, nós também somos obrigados a ir lá tirar uma fornada para nós pode usar no fogão. Não chegar lá e cortar, explorar né. A gente não vai também estragar, a gente corta e vai vender, vai vender e compra outra coisa, compra a farinha (RDF, Entrevista em 2012).

Os saberes tradicionais foram apropriados a partir do trato com a terra, com as águas e com a mata, ou seja, na oralidade, através das falas e repetição de ações que se configuram

como procedimentos a serem imitados pelos mais novos, os aprendizes. RDF destaca as práticas de aprendizagem ambiental feita a partir da observação, manuseio e internalização de saberes socializado na comunidade:

A gente vai na roça, vai tira ali uma parte do terreno, nós vai roça tudinho bacana, aí quando secar tudinho o mato, então tem fazer no verão, no inverno não presta, tem que ser no verão mesmo forte aí toca fogo. A gente toca fogo nos galhos tudo e aí vamos pegar a maniva e cortar todinho em pedacinho a maniva e cavar, em cada buraco nós coloca dois pedaços de maniva, aí vai tapa aquele buraco, aí com um mês, dois meses tá nascendo. Aí plantou e depois que tu plantar tem que trazer todo aquele lixo pro tronco dela e aí com seis meses do toma na capina, a mesma coisa (RDF, Entrevista, 2012).

No relato fica evidente o cuidado com a natureza mesmo naquelas práticas cotidianas que envolvem algum tipo de predação, como o cultivo da roça, a pesca, o extrativismo do açai, entre outras. Os moradores relataram que procuram desenvolver suas atividades socioeconômicas de modo que não comprometam a preservação da natureza.

Os produtos nativos conformam um cenário de cheiros e sabores na paisagem do lugar. O marron das águas barrentas contrasta com o verde das matas, que é matizado pelos traços coloridos das pequenas embarcações que passam pelo igarapé e das casas e escola, na terra firme. O cheiro no ar varia de acordo com a época do ano. O cheiro exótico do cupuaçu ou adocicado do bacuri marca o denominado período invernos da região (dezembro a abril, aproximadamente).

Os moradores relataram que além da dificuldade dos deslocamentos até os lugares de maior circulação de pessoas, não possuem qualquer forma de organização no sentido de que pudessem promover a venda de forma coletiva o que produzem localmente. No depoimento de seu Os marino (Entrevista, 2013) é possível identificar essa dificuldade: “nós não temos aonde colocar, porque o consumo ele ainda é pouco”. Quando se colhi, prepara-se e quer se vender, entendeu? pra um outro né?

Dessa forma, a diversidade de práticas produtivas, ao mesmo tempo informa os modos de vida, revela as interações que as comunidades rurais-ribeirinhas exercem com os elementos existentes na natureza e com seu entorno.

5 A Presença dos saberes locais na escola

A concepção de educação sustentada nas teorias educacionais desenvolvidas por Brandão (2002) e Freire (1993), nas quais a educação configura-se como mais um elemento da cultura, com capacidade de transformar a realidade, serve de fundamento para compreender que as populações tradicionais constroem processos educativos singulares que se constituem numa tessitura de práticas culturais que conformam a identidade individual e coletiva dos agrupamentos humanos.

No caso da realidade em estudo, ainda que os saberes locais não integrem o desenho curricular, eles estão inseridos na agenda escolar como uma prática cultura sistemática e efetiva. Não se trata de iniciativas individuais e/ou instrumental. Existem saberes que perpassam os processos educativos cotidianos da escola.

Neste sentido, saberes locais e educação constituem elos por meio de um processo de partilhamento de conhecimentos regidos pela comunicação viabilizando as relações dos humanos com o mundo. O que corrobora que não há educação sem diálogo. O diálogo caminha para a igualdade, sem hierarquização de saberes e conhecimentos objetivando torna os humanos iguais. “A práxis, porém, é a ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (FREIRE, 1983, p. 40). Para Freire toda ação no mundo deve ser pensada. A prática deve ser refletida, pois dá sentido ao mundo.

Na perspectiva de Freire (1983), a educação precisa ser pensada e praticada a partir do contexto sócio-histórico, natural e cultural dos sujeitos. Dessa forma, a educação não se limita à prática e reflexão pedagógica da escola formal, está presente no contexto de quaisquer sujeitos históricos.

Por essa concepção alargada de educação, educar é dar sentido à própria vivência, compreender o funcionamento da sociedade, e dar sentido ao mundo. Portanto, orientando pela concepção freireana (1983), educar é considerar a diversidade de saberes, aprender a ler o mundo de forma crítica e compreender que os seres humanos são sujeitos inacabados e que estão num processo contínuo de transformação.

Sendo assim, as práticas culturais dinamizadas pelos ribeirinhos, configuram-se como espaços educativos, cujos processos em contextos locais podem ser reconhecidos como possibilidades de libertação frente à ausência do Estado nas áreas sociais (saúde, educação, previdência) localizadas mais “distantes” do centro da capital (Belém).

Os saberes ambientais que os nativos criam e recriam na relação entre si e com a natureza podem promover a autonomia e luta política para a libertação de acordo com os moldes de educação pensada por Paulo Freire (1993), da imposição dos agentes capitalistas, que nessas “áreas longínquas”, aproveitam-se da ausência do estado para impor modelos predatórios de exploração dos recursos naturais, como é o caso da madeira e da argila.

Para Brandão (2002), somos a extensão da natureza e imprimimos nossas marcas por meio de nossas ações e concepções de mundo, pois,

não somos intrusos no Mundo ou uma fração da Natureza rebelde a ela. Somos a própria múltipla e infinita experiência do mundo natural realizada como uma forma especial de Vida: a vida humana. Da mesma maneira como boa parte dos animais, somos corpos dotados da capacidade de reagirem ao ambiente em que vivem e onde reproduzem, enquanto isto é possível, a vida individual e coletiva de sua espécie (BRANDÃO, 2002, p. 17).

Além dessa perspectiva, a natureza além de representar um dos locais de culto, é um espaço de circulação de saberes, configurando-se dessa forma como um território educativo. Ainda que poucos estudos no campo da educação, e até mesmo da educação ambiental assim considere, o que pode estar associado a uma compreensão limitada de os espaços educativos escolares são os únicos por onde circulam saberes e práticas pedagógicas

É importante ressaltar que a escola local, não só por causa de suas práticas de educação formal, é um espaço de referência importante para a comunidade, nela também circulam saberes locais, tidos pelos docentes como fundamentais na construção da identidade territorial dos estudantes, assim como para a sobrevivência de seus valores e crenças.

Com aspecto bem conservado, a escola estabelece uma comunicação direta com o rio. A mediação entre ela e o rio se materializa por meio de um trapiche de madeira, pintando e bem conservado. Quem chega pela rio, ao saltar da canoa é recebido pela escola. Ela está ali, identificada imediatamente por uma grande mandala de madeira nativa, de braços abertos dando as boas vindas. Uma grama rústica bem “tratada”, revela cuidados com sua manutenção e conservação.

Ao chegar, uma enorme legenda na parede identifica a escola e revela a preocupação com natureza: EMEF DOMICIANO DE FARIAS – MA E A RESPONSABILIDADE DE CUIDAR. “Pois dos rios faço a minha estrada e das matas faço as minhas trilhas”.

Entrando na escola, nas salas de aulas as placas de identificação dão conta da identidade ribeirinha: “Pré-I/Ribeirinho I; Pré-II/Ribeirinho II. No “Cantinho da Leitura” algumas legendas: “Esse rio é minha rua”, “Plante uma árvore, semei paz”, “Onde tem água limpa, tem vida”.

Nos corredores, lixeiras rústicas construídas com cipós coletados na natureza e fabricadas na própria escola coletam o lixo e dão um tom estético na área. Não foi verificado nenhum tipo de ação depredadora da escola, como por exemplo, pixação, mobiliários quebrados, etc..

A escola reflete de alguma forma no seu interior a cultura e os saberes locais, nas festas, nas datas cívicas, na sua estrutura física e outras práticas pedagógicas.

Conclui-se, portanto, que há um diálogo intercultural entre os saberes locais e as práticas pedagógicas escolar, o que contribui ativamente para assegurar boas condições ambientais, valorização do conhecimento nativo em relação ao bom uso dos recursos da floresta e dos rios na reprodução material e simbólica da vida, assegurando sustentabilidade e continuidade aos modos de vida e crenças locais e o fortalecimento da identidade cultural dos alunos.

Referências

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano, artes de fazer**. 5 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

DINIZ, Francisco Perpetuo S. **Relações entre Práticas Educativas, Saber Ambiental-Territorial Ribeirinho e o Desenvolvimento Local**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Estado do Pará. Belém, 2012.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1993.

_____. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GUARIM, V. L. M. S. Sustentabilidade Ambiental em Comunidades Ribeirinhas Tradicionais. In: III Simpósio Sobre Recursos Naturais e Sócio-Econômicos do Pantanal, 2000, Corumbá. **Anais** do III Simpósio Sobre Recursos Naturais e Sócio-Econômicos do Pantanal, 2000.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 7 ed. Petrópolis-Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

PERPETUO, Francisco. **Anais SINGA**, 2011.

LIMA, Gustavo da Costa. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Revista Ambiente & Sociedade**. Vol. VI. nº 2 jul/dez. 2003.

SILVA, Maria das Graças da. e TAVARES, Maria Goretti da Costa. Saberes Locais e Manejo Sustentável dos Recursos da Floresta. **III Encontro das ANPPAS**. Brasília-DF. 23 a 26 de maio de 2006.

SOUZA, Marcelo J. Lopes de. O Território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias e CORRÊA, Roberto Lobato(org). **Geografia: conceitos e Temas**. 3 ed. – Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2011.